

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.937 - MT (2018/0287252-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : ARILSON COSTA DE ARRUDA**  
**AGRAVANTE : FARES HAMED ABOUZEID FARES**  
**AGRAVANTE : HOSPITAL JARDIM CUIABÁ LTDA**  
**ADVOGADOS : ALEX SANDRO SARMENTO FERREIRA - MT006551A**  
**ANDRÉ LUIZ CARDOZO SANTOS - MT007322A**  
**AGRAVADO : IMPORTADORA E EXPORTADORA JARDIM CUIABÁ LTDA**  
**ADVOGADOS : CLÁUDIA ELISABETE SCHWERZ - PR016684**  
**MARCELO ZUCKER - SP307126**  
**FLAVIO CROCCE CAETANO E OUTRO(S) - DF051945**

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno interposto por Arilson Costa de Arruda e outros contra decisão desta relatoria assim ementado (e-STJ, fl. 4.403):

RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. NATUREZA PRECÁRIA DA DECISÃO. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 735/STF. CASO TAMBÉM DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Nas razões do presente recurso, sustentam os agravantes a inaplicabilidade do enunciado n. 735/STF, porquanto a decisão liminar impugnada na origem teria conteúdo satisfativo, antecipando a decisão de mérito da presente demanda. Isso porque, por meio da decisão liminar, o Tribunal local teria mantido a rescisão do contrato existente entre as partes, antes mesmo de oportunizada dilação probatória.

Acrescentam que todos os fatos relevantes tomados em consideração foram delimitados pelo acórdão recorrido, de modo que não se trata de reexame de fatos e provas, nem mesmo de interpretação de cláusulas contratuais. Afirmam ser imprescindível que esta Corte Superior se pronuncie acerca da possibilidade jurídica de se decidir o próprio mérito da demanda, qual seja, o pedido de rescisão de contrato, de plano, a título de tutela provisória.

Aduzem, ainda, que as decisões proferidas nas instância ordinárias resultam em confusão entre a pessoa jurídica e as pessoas naturais, todas demandadas na presente ação, resultando em inobservância de ilegitimidade passiva das pessoas naturais

e ofendendo a livre iniciativa das pessoas jurídicas envolvidas. Reitera que a prematura rescisão do contrato tem efeitos diretos sobre a atividade empresarial desenvolvida, alcançando terceiros que atuam por meio de contratos com a empresa agravante, tais como trabalhadores, fornecedores, consumidores e muitos outros.

Impugnação apresentada (e-STJ, fl. 4.433-4.488).

Brevemente relatado, decido.

Diante de todos os fundamentos deduzidos por ambas as partes, denota-se a complexidade da situação posta nos autos, com peculiaridades que demanda exame mais acurado.

Com esses fundamentos, torno sem efeito a decisão de fls. 4.403-4.409 (e-STJ).

Publique-se.

Transcorrido o prazo recursal, retornem os autos conclusos para oportuno julgamento do recurso especial de fls. 3.104-3.140 (e-STJ).

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator